

Até o Figueiredo

Márcio Moreira Alves*

As classes dominantes brasileiras não se dispõem a pagar impostos e se recusam a reduzir os seus ganhos e margens de lucros. Os padrões de consumo que adotam são despudorados, parecidos com os do ditador Mobutu, do Zaire, ou de Jean Claude Duvalier, o Baby Doc do Haiti. Deixam escandalizados os milionários suíços e alemães, gente discreta. Os jet-sky, último objeto de desejo, só perdem em cafajestada para os tailleurs estampados de dourado que as mais bem situadas peruas de Brasília compram no Rio para espremer os seus alentados traseiros. Quanto mais pobre o lugar onde estão, mais brutal são os contrastes das suas vidas com as das populações miseráveis; maior é a taxa de exploração que impõem e mais descarado o seu assalto aos cofres públicos, através da monopolização dos postos nos governos locais e no governo federal. Maior também, é a insensibilidade diante dos problemas sociais.

Não tenho notícia de um empresário do Norte ou do Nordeste que dedique a atividades sociais um décimo do tempo que Antonio Ermírio de Moraes emprega na Beneficência Portuguesa de São Paulo. O exemplo que segue é o do Pompílio Malta, que tem na piscina de sua casa mais água que o reservatório de Canapi. É como se cada um dos ricos das Alagoas, do Maranhão ou de Rondônia vivesse em permanência a regra de Luís XV, rei da França: *depois de mim, o dilúvio*.

Apesar de mais racionais, os ricos de São Paulo e do Rio também sofrem de cegueira, de cupidez e de insensibilidade. Contrastam menos porque as cidades são maiores, como maior é o número de privilegiados. Quando a Luisa Erundina aumentou esse ano o IPTU aos níveis de 1978, foi contestada exitosamente na Justiça — os juízes estão entre os mais ricos, pelos salários que recebem — e foi um Deus nos acuda. Notem que o IPTU é reconhecido como um imposto socialmente justo por atingir mais os ricos que os pobres. Tanto assim que, em São Paulo, 2% dos maiores contribuintes são responsáveis por 75% da arrecadação.

No Brasil, quem ganha um salário mínimo paga 30% em tributos e quem ganha 100 salários não chega a pagar 5%.

Cegueira cobra um preço — no mínimo, o risco de topadas, quedas e sustos.

No último mês, cerca de trinta supermercados foram saqueados no Rio de Janeiro. Quase todos situavam-se perto de favelas, nas zonas Norte e Oeste da cidade, as mais pobres. A vigilância policial redobrou depois de seis saques em uma mesma noite, mas não conseguiu estancar de todo a onda.

Com a ligeireza que os bem nutridos usam para julgar os pobres dessa terra, e sem dados factuais conhecidos, o presidente da Associação de Supermercados, alguns policiais e até o ministro Marcílio levantam a hipótese de estarem esses saques sendo organizados pelo Comando Vermelho e outros grupos criminosos. Talvez Marcílio tenha contratado como conselheiro o professor Immer Dumkopf, despejado da SAE com o Pedro Paulo Leone e pela última vez visto no gabinete do ministro Fiúza.

É possível, talvez provável, que traficantes de drogas e membros do Comando Vermelho estejam incentivando as populações faveladas a ata-

car os comércios vizinhos. Mas, como diz o Joãozinho Trinta quando encarna o espírito de Rui Barbosa, "é preciso ter uma visão holística do problema." Quer dizer: é preciso olhar o problema no seu conjunto, causas e consequências.

Até hoje, nenhum traficante ou membro do Comando Vermelho foi preso saqueando supermercados. Mesmo porque, com o que ganham e roubam podem jantar no Antiquarius todas as noites, como qualquer colarinho branco habituê da casa.

Os presos são homens, mulheres e crianças do povo. Nem todos transportam apenas sacos de arroz ou latas de óleo. Carregam, também, produtos de higiene, sabonetes, shampoos e até bebidas alcoólicas, o que é apontado pelos bem pensantes como prova da sua singular perversidade.

Ora, em primeiro lugar, deveríamos reconhecer no fato o triunfo da TV que, todas as noites, incita indiscriminadamente a compra de artigos que estão ao alcance somente dos orçamentos de uma pequena parcela da população. O saque é, portanto, uma oportunidade de acesso a sonhos da sociedade de consumo. Para uma jovem negra, favelada, chefe de família, um shampoo ou um perfume é a viagem a Disney World da mulher de um gerente da Casa Sendas. Em segundo lugar, uma garrafa de uísque, ainda que nacional, tem um valor de troca de muitos quilos de mantimentos.

Não adianta tapar o sol com peneira. A onda de saques a supermercados em vizinhanças pobres do Rio de Janeiro é produto da fome. Até o general João Figueiredo vê isso. Não há Comando Vermelho que consiga reunir de madrugada 50 ou 100 populares para correrem o risco de um assalto se as suas panelas não estivessem vazias.

Notem que a onda de assaltos começou no quarto mês após o estabelecimento do salário mínimo em Cr\$ 96.000, quando o que inicialmente correspondia a 100 dólares por mês já valia apenas 35.

Notem que o argumento do Ministério da Economia para defender a quadrimestralidade do salário mínimo foi de que aumentá-lo a cada dois meses alargaria o rombo da Previdência e consumiria a totalidade dos recursos de estados como Goiás, Amazonas e Pará.

Notem, ainda, que há meses o mesmo governo vem dizendo, com razão, que a Previdência só sobrevive se a sua estrutura for completamente mudada.

Como mais de metade da força de trabalho vive de um salário mínimo ou menos, estamos condenando boa parte da população a uma safra trimestral de fome. Razão principal: os governantes irresponsáveis de uns poucos estados e municípios comprometeram com empreguismo, neste mandato ou nos anteriores, de correccionários seus, o excedente de dinheiro que lhes foi dado pela nova Constituição. E não cabe dizer que isso ocorre porque são estados pobres. O Ceará também é pobre e deu jeito nas suas finanças em apenas seis anos de governos sérios.

Tornar a sociedade refém da incompetência e da insensibilidade é uma rematada loucura, como os cientistas políticos Marcílio Marques Moreira e Hélio Jaguaribe sabem muito bem e muitas vezes escreveram. Convinha que, ministros, lêssem os seus próprios textos.